



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

2

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: ou Autores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E84 Ética, direitos humanos e dignidade 2 [recurso eletrônico] /
 Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
 Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-411-5

DOI 10.22533/at.ed.115202309

1. Direitos humanos. 2. Ética. I. Vasconcelos, Adaylson
 Wagner Sousa de.

CDD 323.01

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE – VOL. II**, coletânea de quinze capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir do prisma da ética, dos direitos básicos ao sujeito social e dessa construção alicerçada na dignidade do sujeito enquanto detentor de direitos a serem assegurados pelo agente estatal.

Temos, nesse segundo volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam os direitos humanos e o trabalho, a criminalidade e temas correlatos, além do universo escolar.

Direitos humanos e o trabalho traz análises relevantes como reforma trabalhista, trabalho infantil, garantia de emprego da trabalhadora vítima de violência doméstica, além os trabalhadores de aplicativos de delivery.

Em criminalidade e temas correlatos são verificadas contribuições que versam sobre velocidades do direito penal, direito penal do terror ao direito penal liberal humanizado, adolescência e medidas socioeducativas, saúde e sistema prisional, combate ao tráfico internacional de crianças, a Lei Maria da Penha e educação e sistema penitenciário.

No universo escolar são encontradas questões relativas ao bullying homofóbico e ensino para deficientes visuais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA CONVENÇÃO N.º 98 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS AOS DIREITOS HUMANOS

Painalla Ribeiro Soares

Rebeca Midian Ramalho Rodrigues

Paulla Christianne da Costa Newton

DOI 10.22533/at.ed.1152023091

CAPÍTULO 2..... 8

TRABALHO INFANTIL E PERMISSIVIDADE: OS DIREITOS HUMANOS COMO PARADIGMA AO SEU ENFRENTAMENTO

Luma Liberato Melo Dias

Andrine Linhares Cavalcante

Maria Norbélia Liberato de Sousa

Lara Liberato de Sousa Ponte

DOI 10.22533/at.ed.1152023092

CAPÍTULO 3..... 17

LIMBO JURÍDICO TRABALHISTA-PREVIDENCIÁRIO: DISCUSSÃO SOBRE A EFETIVIDADE DA GARANTIA DE EMPREGO DA TRABALHADORA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Kevin Pontes Ribeiro Felipe

Luciana Maria Moreira Souto de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.1152023093

CAPÍTULO 4..... 24

A VULNERABILIDADE DOS ENTREGADORES DE DELIVERYS POR APLICATIVOS E CONTRADIÇÕES A LUZ DAS LEIS TRABALHISTAS

Lara Ramos Rodrigues de Andrade

Larissa Oliveira Alves

Maria Ivonete Vale Nitão

DOI 10.22533/at.ed.1152023094

CAPÍTULO 5..... 33

AS VELOCIDADES DO DIREITO PENAL

Gabriella de Oliveira Almeida

Francisco Bezerra da Silva

Maria Luiza Lima Jason

DOI 10.22533/at.ed.1152023095

CAPÍTULO 6..... 47

HISTÓRICO E SISTEMATIZAÇÃO DOGMÁTICA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE: DO DIREITO PENAL DO TERROR AO DIREITO PENAL LIBERAL HUMANIZADO

Leonardo Marcel de Oliveira

Tháís Karine de Cristo

DOI 10.22533/at.ed.1152023096

CAPÍTULO 7..... 61

ATÉ QUANDO? O TEMPO POR TRÁS DAS GRADES UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS ADOLESCENTES FRENTE À INDETERMINAÇÃO TEMPORAL DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Débora Cecília Ribeiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.1152023097

CAPÍTULO 8..... 78

ATO INFRACIONAL E SOCIOEDUCANDOS: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS ATORES DO SISTEMA NO CASE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Anderson Henrique Monte da Silva

Antônio Celestino da Silva Neto

DOI 10.22533/at.ed.1152023098

CAPÍTULO 9..... 92

ASPECTOS DE SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL

Natália Bastos Vieira dos Santos

Nara Beatriz da Silva

Andressa Lages Vieira

Pâmila Taysa Nascimento Silva

Alinne Campelo Tertó

Janaína Juvenete Rodrigues

Jessica Brenda de Sousa Abreu

DOI 10.22533/at.ed.1152023099

CAPÍTULO 10..... 98

A SUBSTITUIÇÃO DA INTERNAÇÃO DO INIMPUTÁVEL POR DOENÇA MENTAL EM HOSPITAL DE CUSTÓDIA POR MEDIDA DE TRATAMENTO AMBULATORIAL QUANDO APENADO POR TIPO PENAL SUJEITO À RECLUSÃO: UMA ANÁLISE FRENTE AO CÓDIGO PENAL E A LEI Nº 10.216/2001

Bruno Zanesco Marinetti Knieling Galhardo

DOI 10.22533/at.ed.11520230910

CAPÍTULO 11..... 108

O COMBATE AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS PARA A ADOÇÃO ILEGAL E SUAS DIFICULDADES

Luiza Carvalho de Castro

Cindy Vieira Garcia

Sylvia Anne Gonçalves Andrade

Braulio de Magalhães Santos

DOI 10.22533/at.ed.11520230911

CAPÍTULO 12..... 114

ALTERAÇÕES NA LEI MARIA DA PENHA E SUA EFICÁCIA SOCIAL

Vanusa Nascimento Sabino Neves

Eriberto da Costa Neves
Francykelly Lourenço Silva
DOI 10.22533/at.ed.11520230912

CAPÍTULO 13..... 126

OS DESAFIOS DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO POTIGUAR

Tainá Porto Cotrim

DOI 10.22533/at.ed.11520230913

CAPÍTULO 14..... 140

BULLYING HOMOFÓBICO NO ÂMBITO ESCOLAR E A LEI 13.185/15

André Furtado de Souza

Marcos Vicente Marçal

Francisco das Chagas Bezerra Neto

Clarice Ribeiro Alves Caiana

Vanessa Érica da Silva Santos

Rafael Silva Linhares

Edjair Raimundo de Melo

Hugo Sarmento Gadelha

Aline Carla de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.11520230914

CAPÍTULO 15..... 152

**ENSINO PARA DEFICIENTES VISUAIS: APRESENTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA
EXPERIMENTAL PARA O ENSINO EM SALA DE AULA REGULAR**

Dennis Vilar de Carvalho

Ana Kely Tomaz da Silva

DOI 10.22533/at.ed.11520230915

SOBRE O ORGANIZADOR..... 158

ÍNDICE REMISSIVO..... 159

CAPÍTULO 3

LIMBO JURÍDICO TRABALHISTA-PREVIDENCIÁRIO: DISCUSSÃO SOBRE A EFETIVIDADE DA GARANTIA DE EMPREGO DA TRABALHADORA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Data de aceite: 01/09/2020

Data de Submissão: 03/06/2020

Kevin Pontes Ribeiro Felipe

Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, Departamento de Direito
Guarabira-PB
<http://lattes.cnpq.br/2937554343156379>

Luciana Maria Moreira Souto de Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, Departamento de Direito
Guarabira-PB
<http://lattes.cnpq.br/1647049563904716>

RESUMO: A violência doméstica tem sido assunto bastante discutido na atualidade brasileira, tendo o ordenamento jurídico pátrio demonstrado grande preocupação com a prática desse tipo de delito, que repercute em todas as áreas da vida da vítima, inclusive na laboral. Sobre esse aspecto em particular, a Lei Maria da Penha prevê a possibilidade de garantia de emprego, por seis meses, à mulher vítima de violência doméstica, caso ela não tenha condições de trabalhar, devido às sequelas provenientes da violência. Ocorre que, apesar dessa garantia, não há qualquer previsão legal, em nosso ordenamento jurídico, que regulamente ou garanta o pagamento de contraprestação pecuniária durante o tempo em que a trabalhadora, vítima de violência doméstica, precise ausentar-se posto de trabalho. Assim, o objetivo deste estudo é tentar suprir essa lacuna normativa, a fim de garantir efetividade

da norma que assegura a garantia de emprego à vítima de violência doméstica, procurando meios de assegurar-lhe o pagamento de salários ou benefícios previdenciários durante o período de sua ausência do trabalho. Para tanto, utilizaremos como método de pesquisa o raciocínio indutivo e como métodos de procedimento da pesquisa os métodos observacional e comparativo, vez que analisaremos doutrina, jurisprudência e legislação sobre a matéria, a fim de que a trabalhadora vítima de violência doméstica tenha não só garantia de emprego, mas, também, de recebimento de salário ou benefício previdenciário como uma forma não somente de assegurar sua subsistência e de sua família, mas de facilitar sua liberdade frente às agressões provocadas pelo autor da famigerada violência.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadora, Violência Doméstica, Afastamento, Desamparo.

LABOR-SOCIAL-SECURITY LIMBO: DISCUSSION ON THE EFFECTIVENESS OF EMPLOYMENT GUARANTEES FOR WORKWOMAN VICTIM OF DOMESTIC VIOLENCE

ABSTRACT: Domestic violence has been enough subject discussed in brazilian currency, having national legal ordination demonstrated great concern with the practice of this type of crime, which repercuits in all areas of the victim's life, including at work. On this aspect, in particular, the "Maria da Penha" Law provides the possibility of guarantee of employment, for six months, to the woman victim of domestic violence, if she has no conditions of working, due to the sequels provided by violence. But, despite this warranty, there is

no legal forecasting, in our legal order, able to regulate or provide the payment of pecuniary counterpresentation during the time in which the worker, a victim of domestic violence, needs to work out. Therefore, the purpose of this study is to attempt to supply that normative lacuna, in order to guarantee the effectiveness of the law that ensures the guarantee of employment to the victim of domestic violence, looking for ways to assure you wage receipt or social security benefits during the period of his absence from work. For that, we will use the inductive reasoning method and research procedure methods as a research and comparative methods, when we will analyze doctrine, jurisprudence and legislation about the matter in order that the worker, a victim of domestic violence, has not only guarantee of employment, but also of receipt of salary or social benefit as a way not just to ensure his subsistence and of his family, but his freedom in front of the aggressions caused by the author of the famigerate violence.

KEYWORDS: Workwoman, Domestic Violence, Absence, Helplessness.

1 | INTRODUÇÃO

Muitas mulheres têm sido vítimas de violência doméstica, no Brasil, e tal situação tem comprometido a vida das vítimas em vários aspectos, sendo considerada uma violação aos direitos humanos da mulher, tendo o nosso país ratificado a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher desde 1994:

Em 1974, iniciaram-se os trabalhos de elaboração da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher. Em 18 de dezembro de 1979, após cinco anos de intensos trabalhos, com a decisiva participação de mulheres e grupos da sociedade civil, a Assembléia Geral da ONU aprovou, por meio da resolução 34/180, o texto daquela Convenção. Em setembro de 1981, com o depósito do vigésimo instrumento de ratificação, a Convenção entrou em vigor. A Convenção impõe aos Estados-Partes uma dupla obrigação: eliminar a discriminação e assegurar a igualdade. A Convenção, portanto, consagra duas vertentes fundamentais: a vertente repressiva-punitiva (proibição da discriminação) e a vertente positiva-promocional (promoção da igualdade). Essa convenção foi ratificada pelo Brasil em 1984. Trata-se do instrumento internacional de direitos humanos que mais recebeu reservas pelos Estados. O Estado brasileiro formulou 15 reservas que só foram eliminadas em 1994, quando a convenção foi integralmente ratificada. (CAVALCANTI, 2005)

É bem verdade que não é de hoje que a prática de violência contra a mulher existe, mas, atualmente, tem tido maiores repercussões, pelo fato das vítimas contarem com apoio de movimentos feministas, possuírem mais coragem de relatar as situações de violência que têm atravessado e, também, pelo fato das notícias propagarem-se com muito mais rapidez do que outrora, através das redes sociais, com postagens de fotos e vídeos sobre o assunto. A comoção da sociedade tem sido imediata.

No Brasil, as atitudes enquadradas como violência doméstica, bem como quem pode caracterizar-se como sujeito ativo e passivo, estão previstas em uma lei específica sobre a matéria, a lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, cujo

nome deu-se em homenagem a uma das vítimas de violência doméstica do país, que ficou paraplégica em decorrência dos atos violentos praticados contra si pelo marido. Nessa lei, estão presentes o conceito de violência doméstica, bem como os mecanismos para coibi-la em nosso país.

Mais hodiernamente, em decisão de março deste ano, o Senado Federal (AGÊNCIA SENADO, 2019) aprovou o Projeto de Lei 282/2016, de autoria da então Senadora Marta Suplicy, que determina que o agressor contra mulher, em crime de violência doméstica, seja obrigado a ressarcir os cofres da Previdência Social por benefícios pagos em decorrência desse crime. E, em 13/05/2019, o Presidente da República sancionou a Lei nº 13.827/2019 (BRASIL, 2019) que permite a polícia retirar o agressor de violência doméstica do convívio da mulher agredida, sem a necessidade de aguardar uma decisão da justiça, quando a cidade não for sede de comarca judicial.

Verifica-se, portanto, que o ordenamento jurídico brasileiro muito tem se preocupado com a situação das mulheres vítimas de violência doméstica, não sendo diferente no que diz respeito às consequências dessa violência no contrato de trabalho a que a mulher está submetida, ou seja, a Lei Maria da Penha também prevê a possibilidade de resguardar o emprego da vítima de violência doméstica, que, em decorrência das sequelas advindas dos atos praticados pelo agressor, não tenha condições de desempenhar suas funções, no trabalho, por um período.

A proposta da presente pesquisa, portanto, é realizar um estudo, em âmbito trabalhista e previdenciário, das consequências da violência doméstica no contrato de trabalho da vítima, tendo em vista que há previsão, na Lei Maria da Penha, de garantia de emprego para a vítima de violência doméstica, no entanto, a norma não prevê qualquer pagamento à trabalhadora durante o período de afastamento, seja salário ou benefício previdenciário. Atualmente, durante esse tempo em que não trabalha, a obreira encontra-se jogada à própria sorte.

Assim, foi frente a esse cenário de verdadeira inércia institucional generalizada, disseminada nos três poderes republicanos que compõem nossa estrutura jurídico-administrativa pátria, que surgiu o espanto, que, segundo Platão e Aristóteles é o nascedouro do pensamento racional (LEITE, 2008, p.33) e que foi o pontapé para as discussões que culminaram no presente projeto, as quais se pretende cultivar em seu decorrer.

2 | METODOLOGIA

Os métodos de pesquisa, que são a base lógica da investigação, trata-se do conjunto de processos ou operações mentais empregados na pesquisa, tendo sido utilizado, no presente trabalho, o método indutivo, que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 29),

É um método responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral. [...] No raciocínio indutivo

a generalização deriva de observação de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações. [...]. Nesse método, partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer. A seguir, procuramos compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procedemos à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos.

O raciocínio indutivo é de suma importância para o tipo de trabalho proposto neste projeto de pesquisa, conforme ratifica renomado autor sobre o assunto: “Com o advento do positivismo, sua importância foi reforçada e passou a ser proposto também como o método mais adequado para investigação nas ciências sociais.” (GIL, 2008, p.11)

Assim, propomos neste trabalho, analisar situações jurídico trabalhistas que digam respeito à garantia de emprego da trabalhadora que foi vítima de violência doméstica em seu âmbito residencial, onde partir-se-á do particular (análise da legislação sobre a matéria, mais precisamente o art. 9º, §2, II da Lei Maria da Penha, no que diz respeito à garantia de emprego da mulher vítima de violência doméstica) para o geral (resposta do Direito do Trabalho, Previdenciário, ou ainda, da Jurisprudência nacional, a fim de determinar de quem será a responsabilidade pela contraprestação pecuniária durante essa ausência da empregada, vez que a garantia de emprego é garantida, mas sem ônus para quem quer que seja. A empregada tem direito a manter o seu vínculo de emprego, mas, na atualidade, nada recebe durante o período de afastamento). Justificado, portanto, o método indutivo para esta proposta de trabalho.

Dentre os métodos trazidos pelos estudiosos da metodologia científica, utilizaremos, no presente trabalho, os métodos observacional e comparativo, vez que observaremos e analisaremos a doutrina, jurisprudência e legislação sobre a garantia de emprego da mulher vítima de violência doméstica, onde procuraremos encontrar uma solução a fim de suprir a lacuna normativa no que diz respeito a garantir uma prestação pecuniária durante o tempo que a empregada irá manter-se afastada do seu posto de trabalho, já que, atualmente, não há previsão nesse sentido. Ninguém é responsável por pagamento de salário ou benefício à mulher vítima de violência doméstica; esta, apesar de ter o emprego garantido, nada recebe.

Outrossim, buscaremos dados numéricos sobre a situação abordada pelo presente trabalho em todos os possíveis repositórios de dados pertinentes, seja em sistemas policiais, seja em sistemas judiciais, da justiça criminal e da especializada trabalhista.

3 | DESENVOLVIMENTO

Sendo matéria de parca produção científica específica no âmbito do atual cenário acadêmico brasileiro, terá uma atenção especial aprofundada, no decorrer da presente pesquisa, além de textos que tratam do tema, a jurisprudência, internacional, numa possível hipótese de aplicação do direito comparado, e nacional, bem como as produções

que tratam de temas tangentes ao objeto central da pesquisa, a fim de que se alcance alguma brecha de solução à demanda apresentada na presente proposta.

Sobre o assunto, já se pode elencar Sardá Júnior e Kool (2015, pp. 84-94), no que diz respeito à relação entre a “vítima da Lei Maria da Penha e o contrato de trabalho”, Ramos e Oltramani (2010, pp. 418-427), sobre aspectos psicológicos, Echeveria et al (2017, pp. 13-24), com anotações sobre aquelas “atendidas em um centro de atendimento à mulher”, Charpinel (2018) com um levantamento sobre “Os direitos garantidos à trabalhadora vítima de violência doméstica”, Swamberg et al. (2005, pp. 286-312) trazendo perspectivas de futuro sobre o tema, estes para citar alguns exemplos.

Ato contínuo, não se pode olvidar as bases do Direito do Trabalho, de onde colhemos as lições primordiais das obras de Alice Monteiro de Barros (2009) e Maurício Godinho Delgado (2017), assim como não se pode fazê-lo com relação às lições sempre pertinentes de Maria Berenice Dias (2008) em sua obra sobre “[...] a efetividade da Lei 11.340/2006”, que aborda muito atentamente os principais pontos da Legislação base da presente pesquisa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito às discussões que são e serão levantadas pela presente pesquisa, destaca-se o crescente movimento legislativo pátrio no que diz respeito à cobrança do agressor quanto às despesas estatais geradas pela prática agressiva, de onde colhemos atuações seguindo a linha das novéis normas que determinam que “Agressor terá que ressarcir despesas com vítima de violência doméstica ao INSS” (BRASIL, Senado Federal, 2019).

Entretanto, como não há, ainda, legislação que traga um ponto final à questão do amparo devido à mulher que necessitar do afastamento do emprego nos moldes previstos na Lei Maria da Penha, está na busca do preenchimento de tal lacuna a principal discussão pertinente ao tema.

Tais discussões pretendem resultar, no que diz respeito ao presente projeto, dada a atualidade do tema ora proposto, a escassa bibliografia e a possibilidade de propor uma alteração legislativa na Lei Maria da Penha, para garantir à mulher-vítima um ganho durante a sua ausência do posto de trabalho, indubitavelmente, numa rica fonte de pesquisa, contribuindo para o campo científico, inerente a todo projeto da presente pesquisa.

Ato contínuo, para a sociedade se faz de extrema importância, vez que propom-se o estudo de instrumentos jurídicos a fim de procurar suprir uma lacuna da lei, para garantir o recebimento de uma contraprestação pecuniária durante o tempo que a lei permite ausentar-se do trabalho para se recuperar das sequelas da mencionada violência, já que, hoje, existe tão somente a garantia de emprego, sem que a empregada receba salários ou benefícios durante a ausência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, vale destacar que a divulgação dos resultados do presente estudo poderá ser feita, principalmente, através de mídias sociais, difundindo rapidamente a informação. Assim, o estudo possui uma importante inovação social, pois promoverá a melhoria da condição de vida de todas as vítimas de violência doméstica que, com certeza, necessitarão ainda mais do numerário que percebem em decorrência do trabalho, para que se tornem independentes, sem que precisem de ajuda financeira do agressor para sobreviver, fazendo com que a liberdade dessas mulheres seja mais facilmente alcançada.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Agressor terá de ressarcir despesas com vítima de violência doméstica ao INSS. **Senado Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/12/agressor-tera-de-ressarcirdespesas-com-vitima-de-violencia-domestica-ao-inss>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**, 5.ed., São Paulo: LTr, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**, Brasília, DF, 2006.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 901, 21 dez. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7753>. Acesso em: 14 maio 2019.

CHARPINEL, Manuela Valim. Os direitos garantidos à trabalhadora vítima de violência doméstica. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-16/manuela-charpinel-direitos-trabalhistas-vitima-violencia-domestica>. Acesso em: 15 de maio de 2019

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 16ed., São Paulo: Ltr, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2. Tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

ECHEVERRIA, J. G. M.; OLIVEIRA, M. H. B.; ERTHAL, R. M. C.. Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um centro de atendimento à mulher. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro. V.41, n. especial, p. 13-24, jun 2017

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6.ed., São Paulo:Atlas, 2008

LEITE, Flamarion Tavares. **Manual de Filosofia Geral e Jurídica: Das Origens a Kant**. 3. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013

RAMOS, M.E; OLTRAMANI, L.C. Atividade reflexiva com mulheres que sofreram violência doméstica. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2010, 30(2), 418-427

SARDÁ JÚNIOR, F; KOOL, S.L.H.. A vítima da lei Maria da Penha e o contrato de trabalho. **Ponto de Vista Jurídico. Caçador**, v.4, n.2, p.84-94, jul/dez 2015.

SWANBERG, J. E.; LOGAN, T. K.; MACKE, C. **Intimate partner violence, employment, and the workplace: consequences and future directions**. Trauma Violence Abuse, Thousand Oaks, v. 4, n. 10, p. 286-312, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção Ilegal 108, 109, 110, 112

Adolescente 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 108, 111, 112, 113, 141, 150

Âmbito Escolar 140, 141, 147, 151

Aplicativos 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Ato Infracional 62, 63, 65, 68, 70, 71, 74, 75, 77, 78, 81, 84, 88

D

Deficientes Visuais 152, 153, 154, 155, 156, 157

Delivery 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Dignidade 2, 2, 3, 6, 12, 14, 48, 50, 54, 57, 58, 82, 88, 106, 110, 125, 127, 134, 136, 137, 156

Direito Penal 33, 34, 35, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 104, 105, 106, 107, 109

Direito Penal do Terror 47, 48, 58

Direito Penal Liberal Humanizado 47

Direitos Humanos 2, 1, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 22, 27, 60, 83, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 125, 134, 141, 158

Doença Mental 98, 99, 102, 105

E

Educação 10, 11, 13, 14, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158

Emprego 3, 4, 10, 11, 13, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 48, 65, 75, 102

Ensino 15, 78, 81, 82, 92, 128, 131, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158

Ética 2, 50, 51

I

Internação 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 83, 84, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

L

Lei Maria da Penha 17, 18, 19, 20, 21, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125

M

Medida Socioeducativa 61, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 83, 84, 86

P

Princípio da Legalidade 47, 48, 55, 56, 57, 58

R

Reforma Trabalhista 1, 2, 4, 5, 6

Ressocialização 78, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 127

S

Saúde 13, 14, 15, 22, 27, 30, 39, 82, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 110, 121, 124, 132, 144, 150

Sistema Prisional 92, 93, 94, 95, 96, 128, 129, 131, 132, 133

T

Trabalho Infantil 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16

Tráfico Internacional 108, 109, 110, 111, 112, 113

V

Violência Doméstica 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 143

Vulnerabilidade 14, 24, 25, 26, 27, 31, 86, 132



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

2